XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI CHILE - SANTIAGO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA

MARCOS LEITE GARCIA

IARA PEREIRA RIBEIRO

Copyright © 2022 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem social e Econômica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Iara Pereira Ribeiro; Marcos Leite Garcia – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-579-9
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: Direitos Sociais, Constituição e Democracia na América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Globalização. XI Encontro Internacional do CONPEDI Chile - Santiago (2: 2022: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI CHILE - SANTIAGO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA

Apresentação

No primeiro evento presencial após os anos de restrições sanitária em razão da pandemia do Covid-19, o XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI realizado nos dias 13 e 14 de outubro de 2022, na cidade de Santiago, no Chile, foi marcado pela alegria do reencontro e pela oportunidade de debater pesquisas que se debruçaram na análise crítica da situação atual e na sinalização de caminhos que congregue o desenvolvimento e a justiça social. Os artigos apresentados no GT Desenvolvimento Econômico Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica I versaram sobre a Agenda 2030 da ONU, sobre os desafios da regulação setorial em geração de energia, saneamento, cabotagem, resíduos sólidos, propriedade intelectual, mídia digital e grandes conglomerados e sobre a atenção com a desindustrialização e a reflexão crítica em relação aos incentivos ao desenvolvimento empresarial para exigir o compromisso com os direitos humanos, com o incentivo ao trabalho, à educação e à democracia para a superação das desigualdades sociais, como, por exemplo, o uso de técnicas para uma linguagem mais acessível. As relações de consumo também foram objetos de análises com artigos sobre superendividamento, cláusulas abusivas nos contratos de plano de saúde, caso fortuito e força maior no CDC e ajuizamento de ações contra contratos bancários.

OS EFEITOS DA INOVAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

THE EFFECTS OF INNOVATION IN THE WORLD OF WORK

Ainna Vilares Ramos [1]

Resumo

Existem muitos desafios relacionados a inclusão social dentro da nova estrutura criada pela Quarta Revolução Industrial; o desenvolvimento da globalização e do capitalismo, alimentados pelo rápido crescimento industrial e promoção do advento tecnológico, está associado ao aumento do nível de eficiência e qualificação profissional para a realização de atividades com fulcro no ganho de produtividade. O presente estudo teve como objetivo realizar analisar os meandros da inovação sobre o ponto de vista da infraestrutura das políticas de inclusão tecnológica, focalizando nas políticas públicas brasileiras para o estímulo da conectividade e utilização das ferramentas digitais como promotor de ganhos profundos no mundo do trabalho, tornando-se fundamental a análise acerca do pleno emprego e das relações sociais que levam ao desemprego estrutural. Para tanto, o estudo foi realizado com base no método científico dialético, ao passo em que se realizou um debate discursivo acerca dos efeitos da inovação, proporcionando uma argumentação teórica galgada no pensamento crítico. Foi possível perceber que a qualificação profissional reflete diretamente no aprofundamento dos níveis de desigualdade social, ao passo em que dada a necessidade de utilização constante de ferramentas tecnológicas no presente e no futuro, a qualificação profissional necessária para a operação de determinados fatores produtivos é perspectiva distante da população Brasileira. A viabilização de postos de trabalho público figura como uma das ferramentas possíveis para balizar o aprofundamento dos efeitos da revolução tecnológica no Brasil, ao passo que garante o mínimo necessário para a sobrevivência digna, criando para o desenvolvimento individual e coletivo da sociedade.

Palavras-chave: Empregabilidade, Eficiência, Desenvolvimento, Inventividade, Produtividade

Abstract/Resumen/Résumé

There are many challenges related to social inclusion within the new framework created by the Fourth Industrial Revolution; the development of globalization and capitalism, fueled by rapid industrial growth and the promotion of technological advances, is associated with an increase in the level of efficiency and professional qualifications for carrying out activities with a focus on productivity gains. The present study aimed to analyze the intricacies of innovation from the point of view of the infrastructure of technological inclusion policies, focusing on Brazilian public policies to encourage connectivity and the use of digital tools as

[1] Mestre em Direito Político e Econômico - UPM; Professora de Direito Constitucional - Damásio Educacional; Professora de Direito Público - Legale Educacional; Pós Grad. em Direito Tributário - PUCSP.

a promoter of deep gains in the world of work, making it essential to analyze full employment and the social relations that lead to structural unemployment. Therefore, the study was carried out based on the dialectical scientific method, while a discursive debate was held about the effects of innovation, providing a theoretical argument based on critical thinking. It was possible to perceive that the professional qualification reflects directly on the deepening of the levels of social inequality, while given the need for constant use of technological tools in the present and in the future, the professional qualification necessary for the operation of certain productive factors is a distant perspective. of the Brazilian population. The feasibility of public jobs appears as one of the possible tools to guide the deepening of the effects of the technological revolution in Brazil, while guaranteeing the minimum necessary for dignified survival, creating for the individual and collective development of society.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Employability, Efficiency, Development, Inventiveness, Productivity

OS EFEITOS DA INOVAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

A Quarta Revolução Industrial, pautada na eficiência e na velocidade, exige da força produtiva humana conhecimentos, competências e atitudes que não estão presentes nas dinâmicas da qualificação profissional necessária para a operação dos cenários que se desenvolvem ao longo do crescimento tecnológico mundial.

Ao focalizar a análise das consequências da barreira tecnológica no Brasil, percebemos que, observando que quase todos os setores produtivos do país possuem um baixo investimento em tecnologia e inovação, há um afastamento da Quarta Revolução Industrial personificada na barreira tecnológica.

O aumento do uso de inteligência artificial, algoritmos e de robótica, torna essencial observar os desafios que enfrentará o mundo do trabalho na adoção de novos modelos inovadores e mais eficazes na formação e na capacitação profissional, incentivando a competitividade e a sustentabilidade.

Inexistindo estímulo contundente à inovação e ao desenvolvimento de atividades analíticas, característica necessária para o manuseio e operação das máquinas baseadas na predição e na análise de dados, faz-se iminente a incorporação dos valores galgados pelo advento tecnológico para garantir a mínima capacidade de competição macroeconômica com Estados-nações que possuam uma relação expressiva com a transformação tecnológica.

As mudanças tecnológicas trazidas com a Quarta Revolução Industrial causam consigo um aumento da qualidade profissional e da produtividade esperada dos trabalhadores dos mais diversos âmbitos produtivos no mercado de trabalho; somente uma parte da população economicamente produtiva tem condições de acompanhar as constantes evoluções dos níveis profissionais esperados.

O desenvolvimento econômico é resultado da combinação de fatores produtivos num movimento de acumulação de riquezas e um alto nível de diversificação do consumo. Uma baixa produtividade reflete diretamente no desenvolvimento da população e da sociedade.

A principal característica do movimento de desenvolvimento econômico está ligada a combinação de elementos tecnológicos que geram a necessidade de um maior investimento em capacitação e recursos; as repercussões relacionadas aos processos inovativos possuem impactos tão profundos que todas as camadas econômicas serão atingidas.

Esse movimento inovador traz consigo um aumento do nível de desemprego em razão da focalização empresarial em estratégias que minimizem os custos e aumentem os lucros, sendo necessário, para muitos trabalhadores, encontrar novas formas de participar ativamente no movimento econômico por meio de novas escolhas profissionais ou da qualificação contínua.

O aumento do desemprego aprofunda as desigualdades sociais; a criação de uma relação entre a inteligência artificial e os mecanismos de automação como objetos de transformação das relações de trabalho como um todo e a utilização expressiva de ferramentas tecnológicas como meio de desenvolvimento gera o aumento da eficiência e da produtividade por um lado, tendo como consequência negativa a substituição da mão de obra.

O aumento dos níveis de desemprego causa graves impactos para o desenvolvimento econômico de uma nação, de modo que dentre muitas possibilidades para que alguém não consiga se inserir no mercado de trabalho, a baixa qualificação profissional é um dos motivos que leva desestabilização nas estruturas de trabalho.

Assim, torna-se necessário tratar acerca de questões como o desemprego estrutural e a viabilidade da implantação de programas de pleno emprego para a manutenção de pessoas economicamente produtivas em postos de trabalho, influenciando o desenvolvimento econômico de um país.

O grande problema da análise do emprego está no entendimento de que estar empregado não necessariamente significa uma distância maior das linhas de pobreza, ao passo que muitas das remunerações percebidas no mercado de trabalho são insuficientes para a contemplação de todas as despesas de um lar.

A qualificação profissional passa a sofrer destaque, de modo que a utilização de mão de obra pode ter um resultado positivo quando se fala em qualidade e eficiência, bem como quando da utilização de mão de obra de baixo nível de qualidade, pode-se falar em danos ao sistema produtivo.

Com base no método científico dialético, a pesquisa se debruçou na análise de posicionamentos socioeconômicos contrários acerca dos efeitos a inovação, além de realizar comparativos em âmbito internacional, a fim de propiciar um debate teórico galgado no pensamento crítico.

Trata-se de pesquisa básica, voltada para a criação de conteúdo científico capaz de embasar o pensamento analítico, de modo a proceder com um estudo qualitativo acerca dos amplos dados existentes acerca dos impactos da inovação. Para tanto, foi necessário o uso da revisão bibliográfica e documental, pautada em entendimentos sociológicos, no estudo da

Inteligência Artificial, nos efeitos da inovação no mercado de trabalho e no aprofundamento dos níveis de desigualdade.

Buscou, assim, entender o funcionamento atual e as condições necessárias às nações para o desenvolvimento da sociedade, tendo em mente que há um aumento contínuo dos níveis de qualificação profissional esperada, causando o aprofundamento dos níveis de desigualdade. O estudo objetivou, então, entender a relação existente entre o pleno emprego e o desemprego estrutural como consequência irrefutável do desenvolvimento socioeconômico de um país.

2. INFRAESTRUTURA BÁSICA PARA A INOVAÇÃO

O desenvolvimento do mundo globalizado acompanha o desenvolvimento da tecnologia; essa revolução, baseada na tecnologia, produz efeitos na modificação das inter-relações na sociedade. Grandes acontecimentos na humanidade foram impulsionadores do desenvolvimento tecnológico, podendo esse movimento ser observado nas Guerras Mundiais, pelo uso da tecnologia para o desenvolvimento de armas.

Na segunda metade do século XVIII a Primeira Revolução Industrial representou uma grande quebra de paradigma na matéria de produção em escala, modificando modelos de produção e dando espaço ao advento industrial; o marco da primeira revolução foi o uso de máquinas. A introdução das máquinas, inicialmente na Inglaterra e depois em toda a Europa Ocidental e Estados Unidos representou uma grande modificação dos processos produtivos.

Já a Segunda Revolução Industrial se destaca por, entre 1850 e 1945, ser a impulsionadora do desenvolvimento industrial, da química e da elétrica, dos progressos relacionados aos meios de transporte e com relação ao desenvolvimento dos meios de comunicação; houve a popularização dos automóveis e a expansão da malha rodoviária mundial.

A terceira revolução industrial, que teve seu desenvolvimento até 2010, foi marcada pela substituição do trabalho analógico pelo trabalho digital, pela criação da internet e a invenção da robótica; houve a introdução de novas fontes de energia e a consolidação do capitalismo como sistema econômico. A invenção do celular, por Martin Cooper em 1973, se representando ainda a semente do que se pode desenvolver na Quarta Revolução Industrial.

Denominada Quarta Revolução Industrial por Klaus Schwab, a revolução tecnológica de reveste em algo ainda não vivenciado pela humanidade; ela pode ser observada na perspectiva das novas possibilidades de conexão por meio da rede mundial de computadores e acesso à internet, da robótica e da inteligência artificial, como também pode ser vista sob a

perspectiva dos novos modelos de negócio, pela reformulação do consumo, do transporte, da logística e no uso da tecnologia no desenvolvimento de sistemas de saúde e educação; a tecnologia é a responsável pela remodelação do contexto econômico, social, cultural e humano (SCHWAB, 2016).

O avanço e a modificação das relações humanas com base na revolução tecnológica possuem impactos passíveis de análise na economia, em especial no que tange ao emprego, à educação, ao crescimento, o desenvolvimento e à qualificação dos profissionais.

Klaus Schwab entende que a Quarta Revolução Industrial tem como consequência uma necessária ruptura com os modelos econômicos, políticos e sociais empregados hoje pelos estados-nações, de modo que a qualificação e a colaboração figuram como fatores essenciais para que um novo sistema possa prosperar (SCHWAB, 2016).

Similarmente, os discursos liberais capitalistas visam a redução de custos; uma transformação completa no sistema econômico, configura, a curto prazo, uma questão relevante para a centralização do capital dos estados-nações em desenvolvimento.

Um dos grandes questionamentos quando tratamos dos países em desenvolvimento e a revolução tecnológica é a possibilidade de que, em decorrência de uma desnecessidade da busca por mão de obra de baixo custo, haja uma transferência territorial das grandes empresas e indústrias dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, seguindo o percurso natural na busca de acúmulo de capital. A busca passa a ser por qualificação e eficiência (SCHWAB, 2016).

A modificação que a tecnologia, para a qual nos preparamos hoje, mudará a natureza do trabalho, de modo a ser necessária uma adaptação geral de sistemas para os novos setores e ocupações. A automação extinguirá profissões, forçando o desemprego ou o desenvolvimento de novas funcionalidades para as habilidades que possuem. É certo que os homens possuem uma alta capacidade adaptativa, mas a velocidade das transformações pautadas na tecnologia promete ser superior à capacidade humana[1].

A inovação traz a voga questões que precisam ser analisadas com calma para que se garanta a compreensão dos efeitos desestruturantes, tanto na esfera econômica quanto na esfera

[1]O "anseio pelo novo" abordado por Bauman, faz com que os desejos e as necessidades humanas sejam cada vez maiores e cada vez mais efêmeros; os desejos substituem-se por novos numa corrente infinita. De certo modo, para aqueles que consomem, a velocidade e a capacidade produtiva dos grandes empreendimentos é um fator positivo, pois possibilita que os desejos individuais sejam ampla e rapidamente atendidos; em contramão de pensamento, os consumidores também são força produtiva e seus anseios individuais impulsionam o avanço tecnológico que pode, por sua vez, extinguir os postos de trabalho daqueles que orientaram seu crescimento. Nesse sentido, como os desejos do homem moderno são infinitos, os avanços também devem ser.

social. Joseph Schumpeter, inaugurador da ideia de que a inovação deve ser vista como uma destruição criadora, entende ser necessário capturar todo o seu alcance desestabilizante para que seja possível compreender as resistências das mudanças que vêm com a inovação (FERRY, 2015).

É necessária a compreensão do universo moderno a fim de realizar uma análise sobre o que seria conveniente fazer, especialmente em matéria educação de trabalho, para que as aquisições do progresso não custassem excessivamente, num grau crescente de perda. Schumpeter entendia que o capitalismo visava a busca do lucro de forma racional e de forma eficiente (FERRY, 2015).

A racionalização se torna uma característica específica do capitalismo, ao passo em que se busca otimizar a produção, melhorar características organizacionais, aumentar a rentabilidade, se tornar mais econômico, e operar de forma constante à procura de novas ações entráveis, num movimento contínuo alimentado pelo progresso.

A teoria dos ciclos econômicos ganhou importante destaque na análise econômica na metade do século XIX, quando se sentiam os efeitos da revolução industrial; vista sob a perspectiva da análise de Schumpeter, a teoria dos ciclos econômicos é um processo cíclico dividido em quatro fases: prosperidade, recessão, depressão e renovação.

Uma característica especial deste fenômeno econômico é a existência e a duração de ciclos de forma bastante regular, sendo possível a classificação dos ciclos entre longos e curtos, nos quais o curto dura aproximadamente dez anos e o longo aproximadamente sessenta anos. Essa regularidade temporal auxilia no entendimento do desenvolvimento ocorrido no decurso da industrialização.

Ao passo em que Schumpeter entendia que o crescimento não estava relacionado com a variação de renda de uma população, posto que estes fatores não resultavam de fenômenos novos, o desenvolvimento, sob o seu ponto de vista, era observado como um fenômeno completamente novo ao fluxo circular usual, com capacidade de modificar o equilíbrio existente (FERRY, 2015).

Para a teoria do desenvolvimento de Schumpeter o empresário inovador possui uma característica singular; por ser ele o responsável pelos novos produtos de mercado, pela realização de combinações mais eficientes e de fatores que possam aumentar a capacidade de produtividade, o empreendedor, independentemente do porte da sua empresa, assume o papel de inovação e de destruição criativa, que impulsiona não somente o capitalismo, mas como o progresso material.

Fazendo parte da essência do capitalismo, a destruição criadora está acompanhada do aumento da produtividade do capital e do trabalho, pois a inovação traz consigo a melhor alocação de matéria prima e mão de obra, conseguindo adquirir uma vantagem competitiva com relação aos seus concorrentes que não fazem o uso da tecnologia para obter uma posição singular no mercado.

A inovação tecnológica, conforme se desenvolve, faz com que haja a diminuição da taxa de crescimento da economia, em razão da generalização do consumo que gera um impacto de redução de investimentos e baixa oferta de empregos (SCHUMPETER, 1939).

Quando se verifica um período de prosperidade é possível observar que o empresário inovador é imitado por uma onda de empreendedores com uma série de novos bens não inovadores que tenham funcionalidades similares ao produto original, gerando o aumento de investimentos em capital ativo na economia e a consequente prosperidade e aumento das taxas de emprego (SCHUMPETER, 1939).

A Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, buscando a capacitação tecnológica e alcançar autonomia tecnológica e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a lei determina que as medidas a serem tomadas devem se orientar pelos princípios da promoção da atividade científica e tecnológica como ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e social.

A descentralização das atividades de ciência tecnologia e inovação estimula atividade de inovação nas instituições científicas tecnológicas e de inovação (ICTs), a promoção de processos de formação e capacitação científica e tecnológica, fomentando a ação e apoio dos inventores no sistema produtivo.

Em 2010 foi decretado o Plano Nacional de Banda Larga, por meio do Decreto nº 1.175/2010, iniciativa do governo federal que tinha como objetivo principal a massificação do acesso à internet no país, principalmente naquelas regiões que possuíam uma carência maior de acesso tecnológico.

A normativa foi substituída pelo Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe acerca das políticas públicas relacionadas às telecomunicações. Assim, são objetivos gerais das políticas públicas de telecomunicações a promoção e acesso que estejam em condições viáveis de uso e fruição de seus serviços, especialmente no que se refere à velocidade adequada, implantação para os lugares que ainda estão desatendidos (BRASIL, 2018).

Além disso, a inclusão digital, como forma de garantir que a população tenha acesso às redes de telecomunicação, bem como à assistência de um mercado competitivo amplo livre e justo, também são objetivos gerais das políticas de telecomunicações. No que se refere à inclusão digital, o art. 5º do referido decreto dispõe que as políticas públicas relacionadas à inclusão digital visam fomentar e implantar a infraestrutura de sistemas necessários para acesso às redes de telecomunicação pela população.

A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, ou e-digital, foi projetada dentro de dois principais eixos temáticos: pensou-se nos habilitadores e nos eixos de transformação digital. a infraestrutura e acesso às tecnologias são tratadas no eixo habilitador. Existe um plano de curto médio e longo prazo que deve ser implementado atendendo certas prioridades (BRASÍLIA, 2018).

Entendendo que a economia do futuro tem o viés digital e deverá exercer sua influência na vida de todos os brasileiros, não é possível conceber uma economia moderna que não proporcione igualdade de oportunidades em todas as regiões do país (BRASÍLIA, 2018). O meio digital, sendo o novo centro das modernidades econômicas, é uma posição estratégica, no cenário Internacional, quando se fala da busca pelas principais competências de vantagens e maximização da economia através das forças produtivas.

3. O PAPEL DO MUNDO DO TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO

George Friedman definiu o conceito de trabalho para a sociologia compreendendo que o ser humano é um animal social que, por viver em uma estrutura econômica alimentada pelo progresso, utiliza seu tempo essencialmente em função do trabalho, pois ele é uma condição inerente a estrutura da vida humana em sociedade (FRIEDMAN, 1946).

O trabalho pode ser compreendido como uma relação desenvolvida entre o homem e a própria natureza que, por meio da realização de ações, potencializa e materializa o trabalho. O trabalho é, então, um conjunto de ações coordenadas que tem uma finalidade prática de realizar uma modificação em determinado processo, usando para tanto desde o auxílio de instrumentos mecânicos às faculdades cognitivas do indivíduo (MESI, 2022).

Friedman discorda da concepção de que o trabalho é qualquer tipo de ação humana, entendendo que deve ser necessária a utilização de ferramentas de coerção para que haja a diferenciação entre ação livre e do trabalho. Esse instrumento de coerção pode ser inclusive interno, oriundo de um sentimento vocacional para a realização de um determinado serviço na sociedade (FRIEDMAN, 1946).

Quando se trata das ferramentas de coerção externas, entretanto, fala-se da utilização de inclusive forças físicas, como nos casos de trabalho forçado, podendo também ser uma coerção de nível moral, como nas hipóteses de voluntariado. Assim, ao passo em que o trabalho está relacionado à coerção, e que se vive dentro de um sistema organizado, nasce a necessidade superior do sentimento de liberdade do trabalhador, sendo em maior ou em menor proporção.

As transformações tecnológicas geram uma nova de visão dentro do contexto do trabalho, onde se observa a separação da elite dirigente que se ocupa das tarefas ricas em criatividade e conhecimento, dos indivíduos que ocupam a massa de crescente de empregos administrativos, mesmo quando possuem formação em nível superior, estando em constante competição com os computadores e se constituindo de uma massa de operários, há um aumento dos subempregos e da taxa de desemprego (MESI, 2022).

O momento pós-industrial possui uma estrutura de classes que está demarcada pela de visão do conhecimento e da globalização que trazem consigo uma onda de distribuição desigual de riquezas, opções, oportunidades e de trabalho. A ampliação dos espaços econômicos da empresa num momento de supervalorização da inovação favoreceu a classe empregadora, ao passo em que criava dificuldades para a casa dos trabalhadores.

A internet é um fator essencial para que seja permitida a contratação direta com fornecedores distantes, mas o seu rápido desenvolvimento também cria um novo ambiente para o pensamento crítico acerca do desenvolvimento dos países em situação emergente e o futuro das classes de trabalho em todo o mundo no período pós-industrial (MESI, 2022).

É inteligível entender que a sociedade pós-industrial não foi projetada com base em um modelo pré-existente, numa junção de ideologias formuladas e caráter político pré-definido, de modo que sua forma e suas características especiais tornam facilmente reconhecíveis graças a contribuição de diversos fatores como o desenvolvimento do mundo globalizado e o progresso da ciência da tecnologia.

As mudanças no campo científico tiveram seu início quando as descobertas se traduziram numa aplicação prática de maior eficiência e velocidade que a do trabalho individual, isolado. É um conjunto de transformações pelas quais a sociedade industrial passou na busca da obtenção do êxito de forma mais consistente (MESI, 2022).

A ausência de barreiras geográficas e a disseminação territorial das multinacionais segue a linha da busca pela conveniência patrimonial, de modo que as grandes empresas são instaladas em territórios que possuam a maior quantidade de matérias-primas, condições geográficas favoráveis e capacidade profissional adequada para a manutenção das instalações empresariais que se disseminam por todo o mundo (MESI, 2022).

A incansável busca pela descentralização das instalações pelo mundo tem como necessário fator a busca por um custo reduzido, mantendo se a capacidade produtiva, a manutenção de paz social e dos níveis de escolarização, sem que represente um aumento no custo do trabalho para o empresário.

Invariavelmente, é possível identificar a presença de todos os fatores que levam a sociedade globalizada, tendo como percepção que a facilidade e agilidade na transferência de mercadorias e pessoas, a unificação de processos culturais e sociais, a percepção coletiva da humanidade acerca de grandes processos sociais com superpopulação e a existência de fatores estressores e do aumento do desemprego, de modo que é impossível imaginar a não afetação das relações sociais da organização do trabalho e de toda a estrutura política de uma nação (MESI, 2022).

O desenvolvimento das redes de comunicação tornou mais potente a relação com a telemática e a supervalorização da eficiência e da intensidade de mão de obra, de modo que os estímulos de produção e de consumo viram fenômenos globais de consumo e culto ao mercado.

Ao passo em que a globalização potencializa a sociedade num efeito homologador do mercado, há o aumento da fragmentação das classes e dos coletivos. A existência homogênea do mundo globalizado e impulsionado pela existência de subgrupos reunidos dentro do próprio espectro pessoal, seja sua conexão realizada em razão da profissão, da sua fé, dos ícones que lhe impulsionam estímulo; a multiplicidade de interesses que vem como complemento da globalização representa o alimento do seu próprio desenvolvimento.

O progresso tecnológico, todavia, tem a capacidade de melhorar a organização do ambiente de trabalho, acelerando o processo tecnológico e modificando drasticamente todo o processo produtivo de determinados bens de produção. Essa modificação trouxe consigo o aumento de desemprego e uma superabundância de uma oferta de trabalho e seu crescimento desequilibrado com relação a uma demanda de profissionais capacitados (MESI, 2022).

A existência de uma fraqueza humana em comparativo com os processos produtivos realizados pelos maquinários intensificou a fraqueza do trabalhador fazendo com que a introdução do sistema de máquinas, economizando dessa forma com a mão de obra e agindo como indicador da dinâmica evolutiva do sistema pós-industrial pautada no processo tecnológico e no desenvolvimento organizativo.

A aceleração percebida com o progresso científico não teria tido seu nível de desenvolvimento sem a substituição do pesquisador isolado pelo trabalho em equipe em maior nível de velocidade, de modo que as descobertas científicas tivessem espaço para se traduzir

em aplicações práticas possíveis de ser utilizadas na indústria a fim de facilitar e otimizar os processos de trabalho (MESI, 2022).

A partir da associação da eletrônica e da informática foi possível ter acesso a uma redução de custos considerável bem como há uma nova lista de serviços inéditos, prontos para serem ofertados aos consumidores, desenvolvidos com base na possibilidade de interagir a distância e em tempo real, com uma redução do trabalho humano, seja ele físico ou intelectual, através da presença de um computador e da modificação das relações humanas com o senso de inovação.

É impossível visualizar o momento atual sem notar que a revolução eletrônica mudou a forma completa de viver todos os aspectos do desenvolvimento dos setores econômicos, revolucionando profissões ao passo em que extinguia outras e redesenhando os parâmetros de competição para as empresas, melhorando a forma de ensinar, aprender e de trabalhar num ambiente industrial (MESI, 2022).

Inevitável, nesse sentido, que o setor industrial opere sem a utilização dos desenvolvimentos obtidos na eletrônica, contribuindo para a efetiva globalização da ciência e da economia, bem como no setor organizacional das empresas e na obtenção de bons resultados em todas as fases de desenvolvimento do produto.

Existe uma diferença entre os níveis de vida que se podem alcançar a depender da fonte da riqueza dos indivíduos onde as diferenças se concentram entre o patrimônio herdado e a renda proveniente do trabalho; as rendas provenientes do patrimônio herdado levam seus detentores a topos hierárquicos que não se alcançam por meio do trabalho (PIKETTY, 2014).

Todavia, as diferenças existentes entre as concentrações de patrimônio e as concentrações de renda provenientes do trabalho são mais drásticas no nicho da renda de trabalho que na renda de patrimônio; quanto mais desigual a distribuição de cada um desses componentes (patrimônio e trabalho) maior a desigualdade total da sociedade. Quando falamos de desigualdades da renda de trabalho, precisamos analisar os mecanismos de oferta e demanda por qualificação, o estado do sistema educacional de um Estado-nação e as diferentes regras de funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários.

Existe uma teoria que aponta que a desigualdade de renda de trabalho, principalmente no que se refere a desigualdade salarial, possui uma acentuação maior em diferentes sociedades e diferentes épocas o que se dá, especialmente, pela disputa entre educação e tecnologia. Existem duas hipóteses que baseiam essa teoria e, uma delas, aponta que a produtividade marginal, a contribuição do indivíduo para a produção da empresa, depende inicialmente da qualificação do indivíduo e das condições de oferta e demanda da sociedade (PIKETTY, 2014).

Um reflexo das mudanças infinitas causadas pela inovação é a internet, ferramenta capaz de mudar uma infinidade de campos econômicos. O impulso máximo, segundo Schumpeter, para a manutenção do movimento da máquina capitalista é a existência de novos objetos de consumo, novos meios de produção e até formas de transporte alternativas; os elementos criados pela iniciativa capitalista, num processo de destruição criadora, na qual a revolução incessante dos sistemas gera a necessidade adaptativa contínua (FERRY, 2015).

É impossível negar que a inovação, sob a perspectiva da abertura de uma era de progresso, também traz consigo eventuais consequências nos padrões de vida, na interação com o emprego e nas desigualdades, de modo que inicialmente se mostra coerente observá-la sob a perspectiva da destruição.

As modificações tecnológicas, ao passo em que se delineiam, ainda não se mostram totalmente distintas, mas já configuram como força potencial para demonstrar a necessidade de aptidão técnica e qualificação de ponta. É neste sentido que se faz coerente entender que a situação presente não é uma crise momentânea e sim uma revolução permanente que, sob a observação das transformações, representará uma benesse muito grandes para alguns e infinitas angústias para outros.

Luc Ferry aponta que a busca pela liberdade e pela felicidade, assim como o trabalha pelo progresso humano, não são mais objetos da dedicação social. A ausência de sentido observada na história do desenvolvimento globalizado da sociedade revela outro ponto que traz angústia ímpar: no capitalismo moderno, a globalização que deveria assumir o papel de alavanca política, não influencia de forma minimamente tangível desenvolvimento ao crescimento econômico (FERRY, 2015).

O desenvolvimento econômico é o produto de novas combinações de fatores produtivos porque tendem a gerar o aumento da produtividade no trabalho; à medida que há um aumento da produtividade, em determinadas circunstâncias, há aumento da renda real social, o montante de bens e serviços à disposição da população.

O aumento da produtividade e o crescimento da renda real fazem com que, consequentemente, haja aumento da procura por determinados bens e serviços, modificando a estrutura de produção. O estudo de desenvolvimento econômico é importante para entender os mecanismos que levam a um aumento da produtividade, sopesando reações conforme há o aumento do nível de renda real.

Quando os níveis de produtividade são muito baixos, as necessidades fundamentais da população não são satisfeitas, absorvendo uma elevada proporção da capacidade produtiva; tendo em vista que a concentração de renda em comunidades de baixa produtividade não é

compatível com processos de a acumulação de riquezas e de crescimento, a rápida diversificação do consumo gera situações estáticas de desigualdade entre os padrões e grupos sociais.

A maior dificuldade relacionada ao desenvolvimento se encontra nos níveis mais baixos de produtividade; dado início o processo de crescimento, a dinâmica natural faz com que haja o aumento da renda reservada para a capitalização. O pensamento de comunidade primitiva tende a manter-se estagnada, pois por seus próprios meios dificilmente será possível que se dê início a um processo relacionado ao desenvolvimento (FURTADO, 2009).

O Desenvolvimento Econômico é resultado das novas combinações dos fatores produtivos; essas combinações trazem consigo inovações tecnológicas, em contrapartida, propõem novos fatores em proporções distintas às que prevaleciam antes, gerando uma maior necessidade de investimento em mão de obra ou em recursos naturais, assumindo um processo cada vez mais capitalístico.

A elevação da produtividade física média que se dá em decorrência da acumulação do capital e pelo aumento de renda real de uma coletividade, trazem um incremento ao fluxo de renda, iniciando um processo de desenvolvimento.

A revolução tecnológica atingirá níveis tão elevados que repercutirá nos mais diversos ambientes, trazendo consigo mudanças econômicas, sociais e no mundo dos negócios em níveis tão profundos que ainda não é possível prevê-las de forma clara e definida. Os impactos da Quarta Revolução Industrial são imaginados como tão profundos que modificará todas as áreas em maior ou menor escala (SCWAB, 2016).

4. O PLENO EMPREGO E O DESEMPREGO ESTRUTURAL

Os processos globalizados que tiveram força a partir de 1970 trouxeram o aumento da competitividade Internacional e a busca pela redução de custos operacionais na produção ou na comercialização. Como consequência a afetação das estruturas de trabalho e do trabalhador como um indivíduo.

Dentre as muitas causas relacionadas à ocorrência do desemprego, que pode ser conceituado como a retirada de um indivíduo do mercado de trabalho, pontos com a baixa qualificação do trabalhador para a realização das suas tarefas, a necessidade da substituição de mão de obras por maquinário, a fim de aumentar a eficiência produtividade, a prevalência de crises econômicas e a existência de custos elevados para a contratação formal tornam distantes da realidade o alcance do pleno emprego.

Neste sentido, o pleno emprego pode ser conceituado como a situação em que todos os trabalhadores em idade economicamente produtiva de uma nação encontram-se empregados, fator que influencia para o engrandecimento e para o desenvolvimento da economia de um país.

Em 2022, o IPEA identificou que a taxa de desemprego do Brasil foi de 11,9%, muito superior a menor taxa de desemprego em anos anteriores, de apenas no ano de 2013, 6.2% (IBGE, 2022). Durante a pandemia de COVID-19 foi identificado um aprofundamento dos níveis de desemprego; a principal estratégia para manutenção no mercado de trabalho é a da requalificação.

A tentativa de eliminar completamente todas as diferenças que geram os resultados econômicos é um pensamento utópico na tentativa de solucionar a temática da desigualdade dentro das sociedades capitalistas; a busca deve ser, neste sentido, pela redução das desigualdades abaixo do nível atual pois este se faz insustentável a longo prazo (ATKINSON, 2015).

Quando falamos acerca da desigualdade é muito comum que o primeiro pensamento seja direcionado a discussão da igualdade de oportunidades sem que seja levado em consideração a importância da desigualdade de resultados (ATKINSON, 2015).

Ao passo em que a igualdade de oportunidades se traduz na abertura de uma possibilidade sem que haja influência de variáveis desempenhando um papel no resultado, a desigualdade de resultados está relacionada a possibilidade de alcançar determinados níveis numa situação em que haja um nivelamento de condições para a obtenção de resultados (ATKINSON, 2015).

Para analisar de forma coerente os desdobramentos acerca da desigualdade de resultados, é preciso realizar previamente uma análise entre a distinção de igualdade de oportunidade competitiva e não competitiva, ou seja, a igualdade de oportunidade não competitiva garante condições iguais na realização de projetos a igualdade competitiva se traduz na ideia de que se todos possuem a chance de participar de determinada competição está garantida a igualdade de oportunidade, mesmo que haja desnível com relação aos prêmios (ATKINSON, 2015).

É exatamente a existência de uma distribuição desigual de prêmios que torna tão necessário que sejam garantidas condições justas para alcançar um objetivo, isso se justifica na ideia de que uma desigualdade muito acentuada de resultados interfere diretamente na quantidade de oportunidades a qual estará sujeita a próxima geração, de modo que pessoas expostas há determinados benefícios advindos da desigualdade poderão oferecer a seus filhos uma vantagem indevida.

Apesar das implicações acerca da distribuição adequada não fazer parte do interesse central dos economistas, a análise da desigualdade é fundamental quanto ao objetivo social de melhorar a qualidade de vida de pessoas que, por serem afetadas de formas diferentes pela distribuição da produção, merecem destaque em razão da sua grande contribuição para o desenvolvimento econômico e produtivo ilimitado.

Há a necessidade de que se contribua com a distribuição de renda para que se contribua adequadamente no funcionamento da economia. A discussão, todavia, não deve se limitar a distribuição de renda, sendo necessária uma análise da pobreza, com um olhar atento para a extensão dos danos ocasionados em decorrência da permanência numa escala de renda inferior.

Há um pensamento comum de que o incentivo para a busca de qualificação profissional está relacionado a proporcionalidade do prêmio salarial quando se tem determinado nível de qualificação, o que gera o maior investimento nos custos educacionais, mesmo que isso signifique a entrada tardia no mercado de trabalho a fim de aumentar a qualidade do capital humano (ATKINSON, 2015).

É indubitável a certeza de que o aumento da capacitação das forças de trabalho tem a possibilidade de beneficiar a nação e todo o ambiente Internacional; a qualificação traz consigo maiores benefícios que prejuízos, ao passo em que uma nação com força de trabalho capaz e especializada pode criar um destaque produtivo que beneficie o país em face ao movimento de globalização.

A priorização da educação na busca do desenvolvimento é uma estratégia que se alinha com a estratégia de capacitação de pessoas da União Europeia, pela qual o desenvolvimento de habilidades é o caminho correto para as profissões do futuro. Ocorre que o desenvolvimento de habilidades não cognitivas relacionadas as relações interpessoais de empatia, motivação e autocontrole possuem importância equilibrada com as habilidades cognitivas (ATKINSON, 2015).

Outra questão relacionada é que, para o desenvolvimento de uma sociedade com indivíduos realmente capacitados e o ganho do prêmio salarial, é necessário a observação de que o investimento em capital humano está intimamente associado às taxas de juro corrente. Isso acontece porque, seja em razão da necessidade de abertura de crédito ou da utilização de reservas financeiras para a promoção de qualificação profissional, haverá uma canalização de valores que está submetida uma taxa de retorno vinculada a sua qualidade profissional (ATKINSON, 2015).

Assim, o progresso econômico e tecnológico tem como finalidade precípua estimular a invenção nos fatores de produção, tendo como objetivo também a redução de custos

excessivamente caros, num sistema de inovação induzida onde é possível escolher o nível de influência que exercerá sobre a mudança vinda com a tecnologia, numa tentativa de equilibrar redução de custos e velocidade na execução.

Na tentativa de executar as tarefas com melhor qualidade e maior eficiência a discussão acerca da extinção de profissionais não qualificados retoma o ponto principal; histórias como a substituição de profissionais não qualificados possui o mesmo nível de complexidade que as discussões acerca da substituição de um profissional qualificado, que representa um acréscimo nos custos de produção, em razão do seu prêmio salarial (ATKINSON, 2015).

A distinção existente entre as categorias de trabalhadores é dividida de forma simplista entre qualificados e não qualificados, restringindo a compreensão do papel do salário dentro das desigualdades de renda familiar, sem que haja para tanto uma análise de renda individual. A igualdade de renda nem sempre está relacionada ao nível de instrução ou lacunas educacionais, sendo possível observar que a elite educacional não integra em sua totalidade a elite econômica.

Entende-se, então, que o papel das políticas públicas era alcançar um equilíbrio adequado entre empresários e trabalhadores com a finalidade de dimensionar a distribuição na política de concorrência e garantir a estabilidade de representação dos trabalhadores; desse modo, as medidas estariam sujeitas a legislação nova, proposta adequadamente, com a finalidade de complementar políticas públicas já existentes e viabilizar a promoção da concorrência, ao passo em que também desenvolve seu papel na sociedade (ATKINSON, 2015).

É neste sentido que questões importantes como a situação do emprego e da remuneração no futuro tornam-se necessárias e destacadas na discussão da redução das desigualdades; a discussão é necessária porque a simples existência de políticas de pleno emprego não significam um progresso na ideia da garantia do trabalho como ferramenta de sobrevivência. Estar empregado, muitas vezes, não significa dizer que houve uma afetação suficiente para que se saísse dos níveis de pobreza (ATKINSON, 2015).

O conceito abordado atualmente para o desemprego parte de uma derivação específica da relação que se tem hoje com o emprego, evidenciado e visualizado na existência de uma separação teratológica entre o período em que se permanece no estabelecimento em que se opera as funções de trabalho e os períodos de lazer e atividades relacionados à família (SALAIS, et. al, 1986).

A observação acerca da relação com o trabalho se faz importante porque, com o desenvolvimento das estruturas econômicas capitalistas pautadas na inovação e na tecnologia,

bem como através do processo de Urbanização e Industrialização, a permanência no emprego se torna o objetivo central da vida individual (SCHMID, 2021).

Historicamente, não há uma relação profunda de identificação com os conceitos de desemprego, ao passo que sua análise deve ser feita a partir da percepção da empregabilidade. Assim, o desemprego é visto a partir do desprendimento dessa relação indissociável entre os indivíduos e a necessidade de estar inserido na força produtiva (ATKINSON, 2015).

A busca pelo pleno emprego deve ser observada com base em fatores intrínsecos e extrínsecos relacionados a ela, de modo que o emprego é identificado como a principal maneira para que famílias saiam do nível de pobreza e para que a sociedade tenha condições de atingir níveis mais baixos de desigualdade.

Sob a linha de pensamento de Richard Musgrave (1959) emprego deve ser entendido como um benefício meritório da mesma forma como se observa na saúde e na educação e na qual o governo atribui um valor a maior que aquele associado para os indivíduos de forma específica.

É nesse sentido que ao se realizar a análise desta intervenção realizada pelo estado, deve esta ser observada a reação ao fracasso do mercado, que se reveste pela falta de equilíbrio entre a demanda e a oferta de bens e exalta os efeitos do desemprego involuntário, sugerindo a necessidade de amenização dos índices de desemprego (MUSGRAVE, 1959).

Neste sentido, entende-se pela necessidade tangente da maximização das metas do mercado de trabalho direcionando-as não para o aumento do nível de emprego, observando que a situação de estar empregado não se traduz na saída do nível de pobreza; o foco do mercado de trabalho, nesse sentido, deve ser a minimização do desemprego voluntário, que teria suas métricas realizadas com características específicas para o mercado de trabalho do século XXI.

Alocar o foco nas economias na redução dos índices de desemprego, aquém do aumento do número de indivíduos empregados, muitas vezes pode ser observado como uma simples modificação ideológicas que não traz consigo nenhuma alteração substancial dentro da sociedade e dentro da macroeconomia.

Anthony Atkinson (2015) entende que, todavia, esse pensamento não torna discutível o fato de que o governo deve adotar medidas para evitar o risco de desemprego, ao passo em que proporciona uma maior oferta de emprego público garantido. Nesses termos, o estado passa a agir como um empregador de última instância para evitar o aprofundamento de condições sociais que causam prejuízos para o meio como um todo.

A simples garantia de emprego não é fator suficiente para que haja a redução das desigualdades; a probabilidade de que um adulto em idade economicamente produtiva tenha

condições de sair da taxa de pobreza através de um emprego garantido é de 50%. Assim, para sair dos níveis de pobreza, é necessário que o trabalho remunere de forma adequada para a subsistência da família e para se manter acima da linha da pobreza (ATKINSON, 2015).

Muitas vezes, entretanto, a existência de um trabalho não é fator suficiente para que pessoas se afastem das taxas de pobreza, sendo crucial análise acerca da remuneração adequada dada pelas funções realizadas, o que pode se traduzir numa política nacional voltada para a remuneração, que tem a capacidade de reconhecer os limites impostos pela oferta e pela demanda num universo globalizado, a fim de impedir que as remunerações sejam definidas pelas forças de mercado.

As expectativas relacionadas ao pleno emprego deve ser vistas com base na busca pela redução dos níveis de desigualdade e da redução dos níveis de pobreza das nações, objetivando o desenvolvimento individual de famílias como ferramenta para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Todavia, o pleno emprego e o emprego garantido não são os únicos que merece destaque; é de suma importância, ao falar de questões relacionadas aos níveis de desigualdade percebida sem razão dos movimentos econômicos o de desenvolvimento tecnológico, tratar de questões como a existência de desemprego estrutural.

O desemprego estrutural pode ser visto como um desequilíbrio entre a quantidade de postos de trabalho disponíveis e as habilidades existentes nos indivíduos que se encontram desempregados; sua percepção é tida com o maior cuidado quando há a introdução de novas ferramentas tecnológicas e de sistemas que tenham como foco principal a redução de custos.

A criação de tecnologias capazes de substituir o trabalho humano, como percebido na Quarta Revolução Industrial, representa um risco para o aprofundamento do desemprego estrutural, pois a afetação se direciona a diversos setores da economia, desde a indústria ao comércio, tendo a capacidade de gerar uma alta quantidade de pessoas desempregadas e sem fonte para a sua subsistência.

As mudanças que ocorrem nas estruturas econômicas, em decorrência da criação de novos processos produtivos e de novos formas de consumir, alteram todo o sistema de trabalho impactando diretamente no mercado e nas empresas; as novas ferramentas organizacionais e o aumento do padrão produtivo para critérios de eficiência e qualidade, dentro de um cenário globalizado, geram a aceleração na dinâmica de extinção de postos de trabalho.

A inexistência de fatores qualificadores capazes de garantir a permanência no trabalho faz com que uma das principais características do desemprego estrutural seja sua longa duração, fator que causa um aprofundamento negativo das possibilidades de reinserção dos trabalhadores

aos ambientes do mercado; o desemprego estrutural apresenta sérios impactos para o avanço da economia (SOWELL; BACCI, 2021).

Os indivíduos que possuem a maior afetação pelos efeitos da tecnologia e, consequentemente, do desemprego estrutural, são geralmente os indivíduos que possuem uma remuneração reduzida, não tendo a capacidade de acompanhar as mudanças velozes do desenvolvimento tecnológico (SOWELL; BACCI, 2021).

A redução de recursos em razão da baixa remuneração, associada ao aumento da pressão do mercado pela eficiência e pela qualidade, dentro de uma perspectiva onde os postos de trabalho de força humana podem ser facilmente substituídos por automação, faz com que torne ainda mais difícil para o indivíduo manter perspectivas de empregabilidade e as condições de concorrência necessárias para que o objetivo seja atingido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Progresso econômico está relacionado com a inovação, com a inventividade, a necessidade de manutenção de um ritmo produtivo acelerado i de adaptação a um novo paradigma para os modelos de produção. a quarta revolução industrial modifica a sociedade de modo a alterar os meios de consumo e o contexto social.

A Quarta Revolução Industrial, pautada nos elementos de eficiência, velocidade e qualidade na prestação de serviço deve ser observada sobre a nova perspectiva mundial de conexão por meio dos computadores e do acesso ilimitado à internet, desenvolvimento da robótica e até mesmo pela reformulação dos meios de consumo e do contexto social.

O desenvolvimento econômico pautado na tecnologia traz consigo a necessidade tangentes de manutenção e qualificação profissional contínua para que haja a capacidade de acompanhar as modificações no mundo do trabalho que passa a se relacionar intimamente com os produtos do ambiente digital

Tendo em mente que o desenvolvimento econômico de uma nação é produto de uma soma de fatores produtivos, a elevação da produtividade se torna um dos elementos chaves para o acumulo de capital e o acumulo de renda; ocorre que, sendo o aumento da produtividade uma meta ligada, invariavelmente, ao desenvolvimento individual e a capacidades técnicas específicas, percebe-se que os danos relacionados ao sistema educacional refletem diretamente nos problemas do mercado de trabalho e do crescimento econômico.

Um dos grandes problemas relacionados ao desenvolvimento é que a simples empregabilidade não significa diretamente que há um distanciamento dos níveis de pobreza;

muitas vezes, a remuneração percebida se mostra insuficiente para a manutenção das despesas básicas de uma família. Se os níveis de produtividade estão relacionados com a qualificação profissional, a percepção dos rendimentos pelo trabalho prestado segue a mesma linha de crescimento.

Assim, dada percepção do aumento dos níveis de desemprego, torna-se uma das perspectivas para a solução à promoção do pleno emprego pelo poder público como ferramenta viabilizadora de redução dos níveis de pobreza; nesse sentido, o Estado seria responsável pela empregabilidade de parcela da população para a realização de serviços públicos pela oferta de um salário mínimo adequado.

A existência de novos meios e ferramentas tecnológicas aumenta a preocupação com relação ao desemprego estrutural, pois essa tem a capacidade de substituir o trabalho humano e representa um risco para o aprofundamento do desemprego em todos os aspectos produtivos da economia.

Um grande problema relacionado ao desemprego estrutural é que a sua existência está relacionada à substituição dos meios produtivos, o que causa a necessidade de uma qualificação profissional contínua para a manutenção dos postos de trabalho; ainda, há a insuficiência de recursos para investimento em educação básica, causando uma maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho em condições de indivíduos qualificados, no movimento cíclico que desenvolve a desigualdade.

É necessário entender que uma das soluções visível para que haja a ruptura do processo de desemprego estrutural está distante dos interesses políticos das nações. A imposição de critérios sociais nos arranjos de importação, de forma que pudesse ser definidas alíquotas diferenciadas com base no nível de exploração de mão de obra, associada a uma política de redução radical do horário de trabalho figuram uma das saídas vislumbradas para a redução dos níveis de desemprego estrutural.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, Anthony**. Desigualdade:** o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015.

BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico e Concorrencial**. ed. 07. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9612-17-dezembro-2018-787469-norma-pe.html. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.

FRIEDMANN, G. **Problemes humains du machinisme industriel.** Paris. Gallimard, Vol. I in 81!1946.

FERRY, Luc. **A Inovação Destruidora**. 01 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 05 ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.
MESI, Domenico de. **O trabalho no século XXI.** 01 ed. Rio de Janeiro: Sexante, 2022.

MUSGRAVE, Richard A. **The Theory of Public Finance** (New York: McGraw-Hill, 1959).
NOHARA, Irene Patrícia. **Reforma Administrativa e Burocracia**: impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Atlas, 2012.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. ed. 01. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. ed. 01. São Paulo: EdiPro, 2019.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business Cycles**. New York: McGraw-Hill, 1939.

SALAIS, Robert; BAVEREZ, Nicolas; REYNAUD, Bénédicte, **Linvention du chômage**. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

SCHMID, Günther. "**Non-Standard Employment in Europe**: Its Development and Consequences tor the European Employment Strategy", German Policy Studies, 2001

SOWELL, Thomas; BACCI Carlos. **Economia Básica:** Um guia de economia voltado ao senso comum, São Paulo: Alta Books, 2018.